

16 NOV 2006



por Antônio Machado

cidadebiz@correioweb.com.br

## Economia - Brasil A sede da onça

**A** insatisfação do presidente com as propostas que lhe foram levadas pelos ministros da área econômica na terça-feira para desatar os nós da economia indica que chegou a hora de a onça beber água. A idéia que está na mesa é simples e de efeito imediato: zerar os impostos sobre a aquisição de máquinas e equipamentos, os chamados bens de capital, ao menos durante a fase de implementação dos investimentos empresariais.

Se a reação do empresariado corresponder à expectativa, a taxa sobre o PIB dos investimentos pode rapidamente saltar dos atuais 20% para as imediações de 25%, meta para o último ano do mandato, asfaltando assim o crescimento da economia a 5% ao ano sem descontrole da inflação. É um bom plano. No papel. Nenhum desenvolvimentista falaria mal, nem os execrados monetaristas do Banco Central, graças aos quais Lula deve a sua reeleição devido ao aumento do poder aquisitivo da sociedade, em especial dos mais pobres, pelo encarceramento da inflação.

Para que se viabilize, primeiro é preciso identificar quais despesas serão cortadas a fim de que o orçamento não aumente o déficit já dado, da ordem de 3% do PIB, quando forem desonerados os investimentos dos novos projetos empresariais. É aí a parte do plano que faz a animação virar aflição. O presidente achou tímidas as propostas de desoneração, mas está faltando sua ênfase sobre o enxugamento fiscal. Parece que é o que entende o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que reluta propor um enxugamento mais agressivo, tanto porque não o considera necessário como porque sugere não querer desagradar o presidente.

É um pequeno impasse. A interpretação do pessoal de fora do governo que tem conversado com o presidente é que ele está ciente do que deve ser feito, apesar de em público queixar-se dos que só propõem cortar gastos para relançar o crescimento em bases aceleradas — a única forma de contemplar os anseios de melhoria de vida dos mais pobres sem ter de aprofundar os programas de distribuição direta de renda, como Bolsa Família, para o que o orçamento público já se encontra exaurido. O que está em causa é a porta de saída do assistencialismo, que virá com a criação maciça de empregos, o que só o crescimento da economia movido pela expansão da oferta, isto é, de investimentos, pode propiciar.

## Ministros bonzinhos

A impressão é que Lula quer que sua equipe compartilhe o diagnóstico e traga as soluções, mesmo duras e sem consenso entre eles, como a da reforma da Previdência, para que possa arbitrar entre elas. Como está, porém, parece que os assessores querem antes que ele diga o que quer e assuma o ônus das propostas, de modo a que fiquem bem na foto junto ao PT e aos movimentos políticos autodenominados sociais, que são contra “tudo isso que está aí” na economia. Vai ficando claro que há um erro de estratégia neste início de formação do segundo mandato. Nem é papel da assessoria posar de boazinha, deixando ao presidente a fantasia de vilão, nem o presidente deveria construir o mapa da estrada para seus próximos quatro anos com auxiliares que podem estar fora dessa viagem.

Já faria um enorme bem se pelo menos entre os assessores de Lula não mais existisse quem supõe bastar ao Banco Central cortar a Selic, o juro interbancário, para jorrar dinheiro na Esplanada dos Ministérios. Como é ela que referencia os juros da dívida pública e se encontra em níveis recordes há anos, o endividamento custa caro: cerca de 7,5% do PIB este ano, ou R\$ 155 bilhões, o equivalente a quase cinco vezes a receita com a CPMF. Ou 3,7 vezes o déficit projetado da Previdência. Mais de doze vezes o investimento do governo em infra-estrutura este ano. “Uma diminuição de 10% no custo de encargos da dívida, em tese, permitiria dobrar os investimentos!”, escreveu o economista Antonio Corrêa de Lacerda, da Unicamp, ao Estado de S. Paulo.

Muitos no governo, sobretudo no Palácio do Planalto, subscrevem essa proposta. O senador Aloizio Mercadante vem sendo linchado no PT porque ousou chamá-la de “populista” e “romântica”. Quem está certo?

## Assessoria capenga

Certos estão os que propõem cortar gasto e direcionar essa “poupança” para investimentos públicos e aumento da produtividade do investimento privado. Errados estão os que imaginam que a dívida pública custe, em termos orçamentários, 7,5% do PIB. Ela custa o superávit primário, que não é superávit, haja vista ser o orçamento deficitário. É uma reserva para pagar parte do juro da dívida: 4,25% do PIB, R\$ 88 bilhões. Todo resto é rolado em nova dívida. Se há algo a economizar de juros sobre o orçamento está nessa conta, mas aí a dívida crescerá, exigindo mais juros para rolá-la. Há gente assim assessorando o presidente...

Os absurdos prosperam nas cercanias do Palácio e envenenam a razão no PT devido à incompreensão sobre o funcionamento da economia, sobretudo a contabilidade pública. Pergunte aos que criticaram o modelo do Ipea, projetando o crescimento do PIB à base de 5% ao ano só em 2017, e não já como quer o presidente, se fizeram as contas sobre quanto é preciso adicionar em dinheiro à taxa de investimento atual de 20% do PIB, R\$ 414 bilhões ao ano, dos quais o governo comparece com a merreca de R\$ 12,5 bilhões do orçamento, apesar de arrecadar R\$ 600 bilhões?

Quanto tem de crescer o dinheiro deixado de consumir e transformado em investimento a cada ano para a economia crescer 5% anuais? Não é menos que R\$ 100 bilhões na média de quatro anos adicionais aos R\$ 414 bilhões já investidos normalmente ao ano. Este é o tamanho do esforço, hercúleo, a que se chegará menos por medidas fiscais, que por recursos de engenharia financeira do mercado de capitais — mais do exterior que daqui, ainda incipiente. É esta química, o Plano Real do Lula-II, que a sua equipe não consegue entregar. Mas ele já sabe o caminho.

## LULA PEDE MAIS EMPENHO PELO CRESCIMENTO, MAS ASSESSORES RELUTAM EM PÔR O DEDO NA FERIDA